

EXPERIÊNCIAS DE AGREGAÇÃO DE VALOR E COMERCIALIZAÇÃO DIRETA NOS ASSENTAMENTOS DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO-MS

Talita Vieira da Silva - UFMS/CPTL
talitavs@telefonica.com.br

Rosemeire A. Almeida (Orientadora) – UFMS/CPTL
raalm@ceul.ufms.br

O Estado de Mato Grosso do Sul emerge tendo como base a grande propriedade. As oligarquias rurais têm dominado economicamente o Estado com sua política concentradora e excludente. Este processo se deu por meio de projetos de colonização implantados no passado, onde migrantes de outras regiões, especialmente sul e sudeste, foram instalados no Estado por conta da necessidade de mão - de - obra para o desmatamento de grandes áreas.

Muitas destas colonizadoras eram particulares e tinham como objetivo atrair os pequenos agricultores para o Estado.

A expansão fundiária passa a crescer exacerbadamente, o que responderá posteriormente ao confronto entre os trabalhadores sem terra com o latifúndio.

“[...] a partir da década de 1970, dá-se no Estado a mecanização da monocultura de soja, ocupando as áreas de arrendamento que vinham sendo utilizadas para o cultivo de culturas de subsistência, desalojando milhares de famílias de arrendatários, transformando-os em bóias-frias”. (SILVA, 2004, p.33).

Este processo privilegiou a grande propriedade, a atividade pecuária, enaltecendo assim o poder de dominação dos latifundiários, expulsando então um grande contingente de trabalhadores sem terra, ou seja, os camponeses, aqueles que até hoje têm lutado contra o capital em busca da reinclusão.

No período de 1970 e 1990, temos um aumento da concentração de terra no Estado, aumentando consequentemente a luta pela terra.

Os trabalhos de base junto aos sem terra se intensificam em favor das ocupações de terras. A primeira conquista no Estado se deu em 1984, onde depois de acampados em frente à Assembléia Legislativa do município de Campo Grande, os trabalhadores sem terra, cerca de 480 famílias, foram transferidos para um assentamento provisório no município de Nioaque, considerando este o primeiro assentamento de Reforma Agrária no Estado do Mato Grosso do Sul.

A partir desta conquista, outras foram acontecendo, logo cresceu o número de assentamentos no Estado, hoje são 120, nos fazendo agora pensar não mais a luta pela terra, mas a luta na terra.

Trabalhadores enfrentam agora um novo desafio, reproduzir na terra suas relações sociais de maneira digna, garantido gerando renda e reprodução do grupo familiar.

É, pois, nessa perspectiva que se dá a realização da pesquisa, que tem como caráter investigativo apontar a importância da produção familiar, contribuindo na implantação e cumprimento das políticas públicas para o setor.

Acreditamos que a análise das experiências de agregação de valor e comercialização direta pode contribuir no estudo da utilização da renda e na sua distribuição como indicador de desempenho econômico dos assentamentos. (FAO,1994).

OBJETIVO:

O principal objetivo da pesquisa é compreender e assim destacar a composição de renda das famílias assentadas no município de Santa Rita do Pardo, destacando as experiências de agregação de valor e comercialização direta, analisando ainda a produção para autoconsumo e a produção de excedente.

METODOLOGIA:

A metodologia utilizada contou inicialmente com levantamento bibliográfico; levantamento de dados em setores/órgãos ligados a temática (IDATERRA, IBGE, INCRA); aplicação de questionários estruturados e semi-estruturados (relatos); sistematização e análise de dados.

RESULTADOS:

Cabe destacar que esta pesquisa é parte de um projeto mais amplo ainda em desenvolvimento, financiado com recursos da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul – FUNDECT, intitulado “Composição de renda dos assentamentos de Reforma Agrária na microrregião de Três Lagoas: análise das atividades agrícolas e não-agrícolas”.

Santa Rita do Pardo concentra uma população de aproximadamente 7.200 habitantes, onde quase a metade desta população se encontra na zona rural. Entre meeiros, posseiros, arrendatários, estão os assentados que compõem os três assentamentos em estudo. São eles: São Tomé, Santa Rita do Pardo e Córrego Dourado.

Os resultados preliminares da pesquisa apontam que novos centros de reprodução social se formam nestes assentamentos, onde antes eram terras marcadas pela concentração fundiária. Uma unidade territorial camponesa se forma em oposição a antiga fazenda, onde os elos de identidade são resultado do processo de luta pela terra, mas não param aí, novas territorialidades são criadas resultado cotidiano da luta pela escola, pelo transporte, pelo posto médico, pelos financiamentos, pela comercialização, pela assistência técnica. Muitas vezes estas lutas na terra passam quase despercebidas, é comum a idéia de que uma vez na terra o assentado se isola e perde a organicidade. Todavia, o tempo parece outro, os assentados de Santa Rita do Pardo, seja por meio das Associações ou do Sindicato dos Trabalhadores, têm percebido que na terra abrem-se novas demandas e que o enfrentamento delas precisa ser feito coletivamente e que, nesta luta, eles já estão um passo a frente, possuem um trunfo: estão dispostos em entorno de uma unidade territorial – o assentamento.

As experiências de luta, agora não mais pela terra, mas **na** terra, se intensificam na medida em que o setor agrícola brasileiro se mecaniza e as alianças entre governo, burguesia e latifúndio têm orientado a produção do campo em defesa do agronegócio. É neste cenário que se tem encaminhado a agricultura brasileira, onde a pequena unidade de produção, desistida pelo Estado, tem resistido contra o avanço do capital.

As experiências em assentamentos de reforma agrária apontam o descompasso existente quando se tenta de alguma forma competir com o mercado dominador do agronegócio. É sabido que nos últimos

anos os assentados e, principalmente, seus mediadores pensaram a viabilidade do assentamento tomando emprestado equivocadamente o discurso da inserção no mercado capitalista, dos produtos agrícolas competitivos, da formação de um parque industrial. Mas, como dito anteriormente, o tempo parece ser outro, a contradição da vida *versus* negócio presente na realidade tem ensinado aos assentados que autonomia, dignidade, não combina com mercado capitalista. Assim, tem nascido nestes assentados a necessidade de mudar o discurso, de repensar o que é viabilidade na prática. Portanto, não é mais essa realidade da competição no âmbito do mercado que se pensa em buscar nos assentamentos, embora ainda seja prematuro avaliar o impacto desta mudança. As evidências, ainda preliminares, indicam que está em curso um novo modelo agrícola nos assentamentos de reforma agrária. Na verdade não sabemos se é um novo, até porque o segundo passo da pesquisa visa avaliar até onde essas mudanças são novas, uma vez que o campesinato historicamente sempre teve como lógica a agricultura defensiva e não aquela mercadológica amplamente difundida pela Revolução Verde no Brasil, pós anos 1970, talvez a questão aqui seja mais de resgate. Um resgate que da terra como fonte da reprodução do grupo familiar, portanto onde a prioridade se baseia na auto sustentação familiar, nas relações de respeito com a natureza, valorizando acima de tudo as necessidades da vida. Estas são prioridades apreendidas na pesquisa junto aos assentados, no entanto elas também vêm acompanhadas da necessidade de produzir agregando valor e, conseqüentemente, criando formas de comercialização do excedente como caminho para a geração de renda monetária.

Se for certo afirmar a grande influência modernizadora da agricultura capitalista nos campos brasileiros, por outro não se pode negar, nem tampouco ocultar, os grandes avanços feitos pelos novos camponeses que buscam resgatar o princípio da vida buscando superar o modelo imposto. Desfazendo cada vez mais os laços de dependência com as mercadorias elaboradas nos interstícios da produção capitalista, valorizando assim seus saberes e utilizando suas próprias ferramentas de trabalho.

Podemos citar na pesquisa alguns exemplos desta superação: o cultivo de sementes crioulas, a adubação verde, a agregação de valor junto a produção de doce de leite, rapadura, queijo, licor, e a comercialização direta na busca de eliminar a figura dos atravessadores.

É dessa resistência que falamos. A resistência que se faz a partir desta produção orientada para a reprodução da vida, que encontra nessa nova organização (a unidade territorial do assentamento) a força coletiva que tem colocado a comida na mesa do povo brasileiro.

E ainda nesse novo modelo agrícola, podemos citar como ponto de extrema importância, a tentativa de formar cooperativas entre os assentados como forma de sociabilização e ação conjunta a favor desta concepção de produção e comercialização voltada a garantir a reprodução da família e, portanto, mais favorável a todo o grupo. Cabe também destacar que no caso dos assentamentos analisados a cooperativa ainda não é uma realidade.

CONCLUSÃO:

Fica evidente que o modelo em curso nos assentamentos de Santa Rita do Pardo/MS tem apontado para o autoconsumo como o caminho principal para a permanência na terra, aliado a formas de

agregação de valor de produtos como o leite a fim de impedir o escoamento da riqueza para as mãos dos atravessadores, as feiras tem sido o espaço privilegiado para essa comercialização direta. Portanto, o “sucesso” destes deixa de ser uma tentativa de reprodução do capital para ser um espaço de reprodução socializada da vida por meio da produção para autoconsumo e da procura por formas de produção alternativas, como o resgate de sementes crioulas, e comercialização que garantam um mínimo de renda monetária. Assim o assentamento, neste momento difícil para a agricultura camponesa, aparece neste início de pesquisa não só como produção/economia, mas como unidade territorial preme de novas relações sociais baseadas na solidariedade e no apoio mútuo.

BIBLIOGRAFIA:

ESTERCI, Neide *et al.* Assentamentos rurais: um convite ao debate. In: **Ensaio e Debates**. São Paulo, p. 04-15, set/dez., 1992.

FABRINI, João E. **A posse da terra e o sem-terra no sul do Mato Grosso do Sul: o caso Itaquiraí**. 1996. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente.

ROMEIRO, Adhemar *et al.* (orgs.). **Reforma Agrária. Produção, emprego e renda. O relatório da FAO em debate**. Rio de Janeiro: Vozes/IBASE/FAO, 1994.

SILVA, Carlos A. **Perfis agroindustriais interativos: uma ferramenta para o fomento à agregação de valor ao produto da agricultura familiar**. Disponível em: <<http://www.nead.org.br/artigos.htm>> Acesso em: 12/08/2004.

SILVA, Tânia P. da. **As formas organizacionais de produção dos camponeses assentados no município de Batayporã/MS**. 2004. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente

III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária
Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira – Presidente Prudente, 11 a 15 de novembro de 2005